

## Varnhagen: um intelectual monarquista

Martha Victor Vieira<sup>1</sup>

### Resumo

*Francisco Adolfo de Varnhagen, na obra História da Independência do Brasil, descreve os principais acontecimentos que desencadearam o processo de independência, destacando o protagonismo da família real portuguesa, particularmente de D. Pedro I, para a construção da nação brasileira. Ao elaborar essa narrativa encomiástica, o Visconde de Porto Seguro contribui para forjar uma memória, que busca legitimar o governo monárquico, instituindo vínculos identitários entre o povo e o Imperador. Nessa linha de raciocínio, a versão varnhageniana revela a dimensão do engajamento político do autor e, ao mesmo tempo, possibilita verificar como as subjetividades e os sentimentos permeiam a escrita da história.*

Ao longo do século XIX, intelectuais brasileiros e estrangeiros empreenderam sucessivos esforços no sentido de pensar e descrever os aspectos do caráter nacional do Brasil. Tais esforços, que ganharam impulso no Segundo Reinado, tiveram o apoio do Governo Imperial, a quem interessava incentivar a produção de uma determinada memória histórica que legitimasse a autoridade e o domínio monárquico-constitucional, conferindo uma maior identificação entre o povo e o Imperador.

Engajados nessa tarefa, os escritores românticos realizaram um papel de suma importância por fazerem circular entre o público uma literatura que idealizava o índio e exaltava as belezas naturais do País.

Além dos literatos, os membros do Instituto Histórico, Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja maioria estava atrelada ao poder, também muito contribuíram para os propósitos estatais, ao construírem uma historiografia que possibilitou um maior conhecimento sobre o povo e o território.

Francisco Adolfo de Varnhagen, sócio efetivo do IHGB, constituiu um grande marco dessa historiografia, especialmente em virtude de sua obra *História Geral do Brasil*, que é considerada a maior síntese histórica produzida no oitocentos<sup>2</sup>.

O que nos chama a atenção, contudo, é exatamente o texto *História da Independência do Brasil*, que deveria complementar a *História Geral*, publicado

postumamente<sup>3</sup>. Pois, nessa interpretação, Varnhagen revela a dimensão do seu engajamento e de sua fidelidade à monarquia, buscando reforçar os ideais do Estado, advogando a unidade e criticando a ambição dos grupos regionais que não primavam pelos interesses da nação.

Tal obra, concluída por volta de 1875, corrobora para uma maior compreensão do seu contexto de produção e nos permite também conhecer uma amostragem do debate instaurado, entre os atores políticos, durante o processo da independência; fornecendo-nos indícios dos vários projetos existentes para o Império luso-brasileiro.

Logo no Prefácio, antes de começar a contar toda a história da independência até o seu reconhecimento pela metrópole, Varnhagen explica ao leitor os critérios científicos utilizados no seu trabalho, argumentando que compete ao historiógrafo, “com critério de boa-fé e imparcialidade, dá como um jurado, mui conscienciosamente o seu veredicto, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrúpulo” . Recomenda, ainda, a acareação de testemunhas, “sem adular ou lisonjear” os sentimentos de quem quer que fosse<sup>4</sup>.

O discurso da imparcialidade, condizendo com a cultura historiográfica do período, ajudou a conferir legitimidade para a narrativa de Varnhagen que, agindo como um árbitro, não raro, emitia o seu veredicto condenando a ambição daqueles que movidos por interesses pessoais e vingança atentavam contra os interesses da Pátria.

Sua intenção era escrever uma história nacional que primasse pela verdade. Seu envolvimento com a Coroa, porém, parecia ser maior que seu compromisso com a ciência, por isso censurou alguns episódios considerados descabidos e injustos. Afinal, acreditava que tinha a responsabilidade de servir a ideais civilizadores, a fim de colaborar para o desenvolvimento da nação emergente.

Como intelectual monarquista, o Visconde de Porto Seguro, em seus escritos, construiu, assim, uma percepção do mundo social, fazendo com que a mesma fosse conhecida e reconhecida pelo público<sup>5</sup>, difundindo uma versão histórica que nomeava D. Pedro I como grande mártir da independência.

Louvando os feitos da família real, desde D. João VI, Varnhagen qualifica e legitima o regime monárquico-constitucional, reforçando os argumentos em prol da unidade nacional. Dessa forma, sua interpretação serviu como instrumento de ação política,

na medida em que, constituindo-se como um discurso autorizado, referendou um determinado projeto de Estado.

### **Os Percursos e os Precusores da História da Independência**

Na obra *História da Independência do Brasil* o Visconde de Porto Seguro faz uma defesa enfática da instituição monárquica, ressalta a importância de Pedro I para a emancipação e tece uma narrativa onde todos os acontecimentos eram orientados pelo Centro. Com esse propósito, inclusive, a história das provinciais é contada à parte, no final do volume. Metodologia essa que o autor explica ao leitor dizendo que:

(...) os saltos continuados a uma e outra província, deixando interrompidos os fios, os sucessos importantes e capitais, produzia confusão e não permitia que os próprios das províncias fossem convenientemente explicados. (...)<sup>6</sup>

Além disso, dizia que a história das províncias, escritas separadamente, justificava-se porque na época da independência não havia unidade, devido à resistência observada na Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão e, ainda, ao fato de Minas ter tentado se emancipar de Portugal.

A última menção é interessante porque remonta a um episódio do final do século XVIII e revela algumas concepções teóricas do autor que escreve a história de forma linear, como “biografia da nação”<sup>7</sup>, pois acreditava que os acontecimentos possuíam uma “ordem natural”, cujo desenvolvimento levou o Brasil, entre outras colônias, a separar-se da metrópole e a criar “uma só nação unida e forte”<sup>8</sup>.

Partindo desses pressupostos, ao reconstituir a trama da independência, Varnhagen identifica três iniciativas cruciais do monarca para constituir a nação brasileira. O primeiro passo teria sido a vinda da família real em 1808, “pois só desde então começaram os moradores do antigo Estado do Maranhão a costumar-se a receber as ordens vindas não já da Europa mas dos confins do Brasil”. O segundo passo foi a elevação do país à categoria de Reino, em 1815, abrangendo “toda a região do Amazonas ao Prata”. O terceiro passo “em favor da futura unidade nacional” foi a decisão de El-Rei de partir para Portugal “ficando o príncipe como regente do Brasil todo”<sup>9</sup>.

A vinda da família real, no entanto, teria suscitado muitos descontentamentos em Portugal, porque a “heróica metrópole” havia se transformado em “humilhada colônia”.

Essa inversão dos centros de decisão instigou um intenso debate sobre o futuro do Império luso, porque se passou a cogitar vários projetos, entre os quais constam: duas constituições para o Império luso-brasileiro; dois congressos com uma monarquia e, até mesmo, a permanência da Coroa de forma definitiva no Brasil.

A existência de variados e antagônicos projetos é porque as idéias e alternativas aventadas também eram múltiplas. Varnhagen identificou três grandes tendências: “monarquia pura”, monarquia constitucional e “democracia e republicanismo”. Dentre seus propagadores, uns queriam a união, outros a independência<sup>10</sup>.

Um desses projetos ventilados pela imprensa foi do tenente de infantaria e estudante de matemática Antônio D’ Oliva de Sousa Siqueira, publicado em 1821 em Coimbra, o qual considerava salutar a união do Brasil com Portugal e propunha que a metrópole deveria ser o Rio de Janeiro ou a Bahia; que deveria haver dois Congressos onde enviassem representantes as possessões da África e Ásia; que em Portugal deveria ficar um vice-rei com todos os poderes e que deveria existir livre comércio entre os dois países.

As propostas de Antônio D’ Oliva chamou bastante a atenção de Varnhagen, porque segundo ele ao “brasileiro mais patriota não poderá inspirar por certo idéias mais fecundas, nem mais adequadas à situação do Brasil”<sup>11</sup>. Considerando que o desejo de El-Rei era ficar no Rio de Janeiro, onde se sentia feliz e também porque os brasileiros haviam solicitado a sua permanência, de forma que sua partida não era um desejo pessoal mas uma preocupação em resguardar os interesses do Império.

Ao comentar o debate em torno da permanência de D. João VI, Varnhagen trouxe à tona as discussões em torno da questão das nacionalidades. Em relação a esse tema, transparece em sua análise uma dificuldade de distinguir os “brasileiros” dos “portugueses”

Diante dessa dificuldade, o autor fala de “portugueses dos dois hemisférios”; “portugueses natos da Bahia”; “portugueses estranhos aos interesses do Brasil e nele não domiciliados”; “filhos de Portugal”, “brasileiros adotivos” e “brasileiros natos”<sup>12</sup>.

A pouca clareza na definição da nacionalidade dos atores políticos são indícios da presença de múltiplas identidades políticas<sup>13</sup> nesse contexto e revela uma variedade de interesses, que extrapolava a uma mera oposição entre “brasileiros” e “portugueses”.

Todavia, é possível perceber, ao longo de sua obra, que, apesar das constantes referências sobre essas diferentes identidades políticas, há uma propensão a considerar como brasileiro aquele indivíduo que aderiu à causa do Brasil, possuía naturalidade brasileira ou residia em território nacional. Isso pode ser observado quando o autor menciona que, em abril de 1822, com a viagem à província de Minas Gerais havia-se operado “no ânimo do príncipe uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro”. A vista dos “sertões” e a “vastidão do Império virgem que Providência lhe reservava”, fez com que D. Pedro I deixasse “de parte as anteriores hesitações, e esteve disposto a associar, muito de coração, a sua glória e futuro mais à causa do Brasil que à de Portugal, desde que não pudessem andar juntos”<sup>14</sup>.

A questão da nacionalidade constitui uma etapa importante do processo de constituição do novo Estado. Abordá-la é importante para Varnhagen na medida em que ele quer combater as tendências desagregadoras e difundir um discurso onde o “sentimento nacional” se fizesse presente, constituindo-se o elemento impulsionador da ação dos atores políticos.

Seguindo essa linha de raciocínio, nos parece significativa a sua referência à reação dos deputados pernambucanos nas Cortes de Lisboa que “a princípio mostravam-se bairristas, não brasileiros”, porque reclamavam das contribuições que a província tinha que mandar para a capital. Aqui Varnhagen deixa implícita uma definição/projeção retroativa do brasileiro em relação ao processo de independência, tal projeção, porém, não se confirma, já que a idéia de ser e sentir-se brasileiro ainda não existia no início do XIX, para a maioria da população residente no País<sup>15</sup>.

Afinal, o fator que durante o período colonial possibilitou uma identificação comum entre os “portugueses dos dois hemisférios” era o Monarca, em relação ao qual deviam fidelidade, não obstante as divergências relativas às medidas tomadas pela metrópole e às identidades particulares, ligadas à região de nascimento ou domicílio.

Tais identidades particulares se exacerbavam nos momentos de crise política, como ocorreu após o retorno de D. João VI, quando os representantes brasileiros nas Cortes optaram pela defesa de seus interesses regionais, não tendo, num primeiro momento, um consenso em relação à separação de Portugal.

Posteriormente, mesmo após as elites políticas transigirem quanto às vantagens da manutenção da unidade do País, as rivalidades continuaram, trazendo à tona diferentes propostas relativas à forma de organização do novo Estado, o que implicou num tenso jogo de forças pelo reconhecimento da independência não só no âmbito externo, mas também interno.

A tensão no campo político permanecerá durante todo o Império, reverberando-se no debate em torno da centralização versus descentralização do poder. Debate esse que se manifesta na *História da Independência*, nas críticas incisivas feitas em relação aos anseios dos representantes provinciais, que são qualificados como inimigos da unidade.

O fato é que Varnhagen estava convicto de que as identidades locais necessitavam ser superadas em nome do Estado nacional e do governo monárquico. Baseado nessa convicção defendia a tese de que foi a presença do príncipe que possibilitou o rompimento com Portugal, favorecendo a construção de um liame em torno das heterogêneas e distantes regiões que constituíam o Império luso-brasileiro.

No que diz respeito às suas considerações sobre a dificuldade de se delinear um projeto nacional, a análise do autor é bastante arguta, tendo em vista que, além das diferentes identidades, durante o período colonial uma parte do território, que abrangia o Estado do Maranhão, estava mais ligada, em termos político-administrativos, à Lisboa do que ao Brasil.

Essa distância entre as capitanias, a defesa renhida das localidades consistia num empecilho para forjar a nação. Daí a importância para Varnhagen do representante monárquico, o qual funcionou como uma fonte aglutinadora e propiciadora do desenvolvimento de um “sentimento patriótico” que extrapolava o âmbito local. Um sentimento pela “Pátria”, aqui entendida nos termos de “fidelidade ao soberano”<sup>16</sup>.

Com tais argumentos, o Visconde de Porto Seguro, no momento de produção da sua obra, ao mesmo tempo que reconstrói a História, ressalta a importância de dois elementos que considera essenciais para a independência e para a formação do Estado: o regime monárquico e a integridade territorial, tidos como elementos interligados.

Assim pensando, na *História da Independência do Brasil*, o autor destaca os feitos do maior protagonista desses acontecimentos: D. Pedro I. O príncipe que se constituía num

exemplo de honradez e “boa-fé” e que muito resistiu em separar-se de Portugal, não obstante alguns tentassem persuadi-lo ao rompimento.

O que levou o príncipe a mudar de opinião, teriam sido as Cortes, consideradas como a maior antagonista da monarquia e do Brasil. Foram elas a grande responsável pelo desfecho do Império luso-brasileiro quando, entre outras deliberações, propuseram, em março de 1822, um projeto de relações comerciais que praticamente colocava o país em uma situação semelhante à antes de 1808, o que assustou os deputados brasileiros em Lisboa e o Brasil como um todo<sup>17</sup>.

Ao colocar as Cortes portuguesas como vilã da história, Varnhagen isenta a responsabilidade de D. João VI na ruptura, colocando-o como vítima das determinações de outrem. Para reforçar essa idéia assevera ao leitor o apreço que tal Monarca possuía pelos brasileiros e pelo Brasil, motivo pelo qual teria deixado aqui seu filho, D. Pedro.

A política das Cortes, porém, teve uma positividade porque fez as províncias se unirem em prol da separação, o que favoreceu a unidade. Esse aspecto da narrativa nos parece bastante pertinente, na medida em que ele argumenta que a união do “Brasil num só Estado”, congregando, de norte a sul, províncias tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes. Afinal, a reação às Cortes, embora não tenha sido determinante, como faz crer Varnhagen, consistiu numa importante variável para a emancipação, na medida em que proporcionou a oportunidade para que os representantes regionais percebessem que, no concernente a questões políticas e econômicas, possuíam mais pontos em comum com os compatriotas americanos do que com os compatriotas europeus.

Todavia, os fatores econômicos, que sustentaram a feitura do pacto intra-elites, não se sobressaem no cenário da independência apresentado por Varnhagen, visto que os comerciantes (ou interesses comerciais) aparecem de forma secundária, ainda que recorrente em sua obra.

Segundo o autor os comerciantes de Portugal desejavam o retorno à situação existente na colônia; enquanto que os comerciantes brasileiros temiam os saques devido à instabilidade política gerada pela reação às atitudes das Cortes. De maneira que a decisão do príncipe de ficar no Brasil teria agradado a todos “(...) começando pelos do corpo do

comércio, que reputavam a partida do príncipe como princípio de anarquia, da qual seriam os primeiros a ser vítimas”<sup>18</sup>.

Esse aspecto é interessante porque apesar de não dar ênfase ao papel dos comerciantes, o historiador assinala a presença dos mesmos na arena de disputas políticas, onde reivindicavam um determinado projeto de Estado que fosse condizente com os seus interesses .

Em síntese, apesar de apontar para uma diversidade de agentes e projetos que disputavam hegemonia no campo político, Varnhagen apresenta uma interpretação da independência como decorrente de um processo “natural”. Para o qual muito contribuiu a vinda da família real, o movimento constitucional, a atitude “despótica” das Cortes e a ação do príncipe regente, cuja presença foi fundamental para unir as províncias do “Amazonas até o Rio Grande do Sul”. Ação essa que fundou o Império, “não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o brasileiro puro”<sup>19</sup>.

O ato de fundação da nação é descrito, portanto, como produto dos acontecimentos políticos orientados pelas autoridades estatais no início do XIX, ou seja, a nação brasileira teria nascido junto com o novo Império, sob a égide de D. Pedro I. Assim escrita, a *História da Independência do Brasil* quase se confunde, na versão varnhageniana, com a biografia dos feitos do primeiro Imperador.

### **Construindo a Identidade Política Brasileira**

Pelo fato de ter sido elaborada num contexto em que o Estado imperial necessitava se fazer presente em todo território, a *História da Independência*, de certa forma, concorre para cultivar um aspecto identitário que precisava ser reavivado: a filiação do País com a família real portuguesa, que reforçava a tradição monárquica brasileira. Tal filiação foi reiterada por vários intelectuais que, envolvidos com a construção do Estado, produziram algumas imagens sobre o Brasil, com o intuito de fazer com que as mesmas fossem reconhecidas como representativas do caráter nacional.

A produção desses intelectuais exerceu uma importante função estratégica no oitocentos, na medida em que seus escritos criaram determinados “imaginários coletivos”<sup>20</sup> e contribuíram para conferir sentido à relação entre ser brasileiro-patriota-monarquista.

Daí uma das razões de D. Pedro II, conhecido amante da arte e da ciência, na qualidade de mecenas e membro do IHGB, ter incentivado os estudos que visavam conhecer aspectos da cultura brasileira. Conforme argumenta Lilia Moritz Schwarcz, o monarca “elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem”<sup>21</sup>.

Nesses termos, a intelectualidade oitocentista, sobretudo os membros do IHGB, com o subsídio do Estado, edificaram uma memória historiográfica condizente com o projeto imperial em curso. O cultivo dessa memória implicou, porém, uma gestão do esquecimento<sup>22</sup> negligenciando a importância de episódios e atores que poderiam suscitar outras versões, com outros protagonistas.

Inserido nesse processo, Varnhagen, como um historiador comprometido com o regime, argumentou em favor de um Estado forte e da unidade nacional, temas que se tornaram prementes após 1840, quando as elites políticas, respaldadas pelo Imperador, passaram a agir em consonância com um novo pacto, que visava refrear o movimento em prol da autonomia provincial e promover a centralização do poder.

Devido ao seu posicionamento centralista, Varnhagen compreende que a pressão das lideranças regionais, para fazer valer as suas demandas, estavam provocando uma crise institucional, que colocava em xeque a autoridade do Imperador, fortalecendo o rol dos adeptos das idéias liberais e as vozes daqueles que se manifestavam contra o poder moderador.

Como um estudioso da história, o Visconde de Porto Seguro teme pelo fracasso do País, porque está ciente de que a reivindicação em torno de uma maior descentralização política-administrativa, consistia num desejo antigo, que remontava ao período colonial, estava presente durante o Primeiro Reinado e tornou-se tão flagrante após a abdicação, que chegou a comprometer a unidade territorial.

É contra essa instabilidade política que entrou em vigor o chamado “projeto regressista”<sup>23</sup>, ao qual Varnhagen adere demonstrando em seus escritos a sua contrariedade em relação aos “bairrismos” existentes no Brasil.

Visto dessa forma, seu discurso historiográfico, mais do que instituir uma memória, incita uma ação e uma prática política entre os seus contemporâneos, que se coadune com a instituição monárquica. Como diz Nilo Odália: “A história e o historiador,

nesse instante, (...) se transfiguram no instrumento de ação no presente, com os olhos voltados para o futuro”<sup>24</sup>.

Tendo como fundamento o apreço e o respeito à ordem vigente, poderíamos dizer que na *História da Independência*, Varnhagen procura difundir a idéia de que a identidade política brasileira é de matriz monárquica. Por isso, ao renegar os “bairrismos”, concomitantemente, renega a possibilidade de projetos políticos alternativos de organização de poder. Projetos esses que poderiam estar pautados na chamada “febre democrática”<sup>25</sup>, que segundo ele estava em moda na década de 20 do século XIX, especialmente nos trabalhos da Assembléia Constituinte.

Por seu caráter propositivo, as obras desse historiador vai além de uma interpretação da realidade, na medida em que visa intervir e influenciar o encaminhamento das discussões em torno das questões sócio-políticas. A sua narrativa revela o seu monarquismo arraigado, suas rivalidades, suas escolhas, seu posicionamento, que se congrua com a sua preocupação com o futuro da nação brasileira.

Em suma, enquanto intelectual, Varnhagen deixou-nos um legado de inestimável valor historiográfico, não somente por nos dar acesso a uma série de informações sobre o contexto vivido e sobre si próprio, mas, especialmente, por nos proporcionar a oportunidade de pensarmos como os sentimentos e ressentimentos podem permear os escritos e as práticas políticas ao longo da história, seja de forma explícita ou subliminar, trazendo à baila as identidades políticas individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, corroborando para a construção, reafirmação e reelaboração dessas identidades.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente do Colegiado de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína.

<sup>2</sup> REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 31

<sup>3</sup> Na primeira edição da *História Geral*, segundo José Honório Rodrigues constavam três capítulos referentes ao processo de independência que foram retirados por Varnhagen da segunda edição dessa obra e utilizados para compor a *História da Independência do Brasil*. RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, Mestre da História Geral do Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Separata do Volume 275. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Abril-Junho de 1967. p. 182

<sup>4</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, Sem Data. p. 11-12

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 142

<sup>6</sup> VARNHAGEN, op. cit., 14-15

<sup>7</sup> SILVA, Rogério Forastieri da. Colônia e Nativismo: a história como “biografia da nação”. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 13-14

<sup>8</sup> VARNHAGEN, op. cit., 258-259

<sup>9</sup> Ibidem., p. 18-19

<sup>10</sup> Ibidem., p. 77

<sup>11</sup> Ibidem., p. 50-51

<sup>12</sup> Ibidem., p. 51, passim.

<sup>13</sup> JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.) Viagem Incompleta: a experiência brasileira. São Paulo: Senac/Sesc, Vol. 1º, 2000, p. 136-137

<sup>14</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 115

<sup>15</sup> De acordo com István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, no início do século XIX, não havia “nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional”. JANCSÓ., op. cit., p. 140

<sup>16</sup> BERBEL, Márcia. Pátria e Patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In. JANCSÓ, István (Org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp, 2003. p. 350.

<sup>17</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 67

<sup>18</sup> Ibidem., p. 97

<sup>19</sup> Ibidem., p. 139; 239

<sup>20</sup> COSTA, Wilma Peres. Viagens e Peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In. BASTOS, Elide Rugai et. all (Orgs). Intelectuais: sociedade e política. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 58

<sup>21</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. p. 127-128

<sup>22</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Tênuas Fronteiras de Memórias e Esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In. GUIÉRREZ, Horácio et al (Orgs). Fronteiras, paisagens, personagens, identidades. São Paulo: Olho D' Água. p. 161-183

<sup>23</sup> WHELING, Arno. Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33

<sup>24</sup> ODÁLIA, Nilo (Org.). Varnhagen: História. São Paulo: Ática, 1979. p. 18 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, Nº 09)

<sup>25</sup> VARNHAGEN, p. 172